



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 018/2014

Razão Social: _____

CNPJ Nº:

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____ telefone: _____ Fax: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos através de acesso a pagina www.caibi.sc.gov.br nesta data
cópia do edital da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de 2014.

Assinatura

Senhor Licitante,

Visando a comunicação futura entre esta Prefeitura e a sua empresa, solicito que Vossa Senhoria preencha o recibo de entrega do edital e remeta ao departamento de licitações o recibo **escaneado** para o e-mail compras@caibi.sc.gov.br

A não remessa do recibo exige o Setor de Licitações da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório bem como de quaisquer informações adicionais.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

compras@caibi.sc.gov.br

MODALIDADE:

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAIBI – SC.



PROCESSO LICITATÓRIO N° 056/2014
PREGÃO PRESENCIAL RP N° 018/2014

DATA DA ABERTURA: 09/06/2014 às 08:00 HORAS
LOCAL: SALA DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI
FONE: 49-3648-0211



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2014**

Processo Nº: 056/2014

Pregão Presencial RP Nº. 018/2014

1 - DA LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI, ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede na Rua dos Imigrantes nº 499, através de seu Prefeito Municipal Sr. DILAIR MENIN e da PREGOEIRA, designado pelo Decreto nº **003/2014**, comunica os interessados que está realizando o **Processo Licitatório de nº 056/2014**, na modalidade **Pregão Presencial para Registro de Preços 018/2014** do tipo "**MENOR PREÇO – GLOBAL** de conformidade com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações posteriores, recebendo o credenciamento e os envelopes nº 01 contendo os documentos para proposta e envelope nº 02 para habilitação, até o dia **09/06/2014 até às 08:00** horas, iniciando-se a sessão pública no mesmo dia e horário na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi , situada na Rua dos Imigrantes nº 499 , Centro na cidade de Caibi –SC.

2 - DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto Registro de Preços para eventual aquisição de material elétrico para manutenção de iluminação pública no município de Caibi – SC relacionadas no Anexo I, observadas as especificações ali estabelecidas, visando possíveis aquisições futuras.

2.2. O Sistema de registro de Preços não obriga a contratação do objeto, nem mesmo das quantidades indicadas no ANEXO I, podendo a Administração promover a contratação em unidades de acordo com suas necessidades.

3. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os envelopes contendo as propostas e os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados ao pregoeiro no dia, hora e local da sessão pública, designados no preâmbulo deste Edital, em envelopes distintos e fechados.

3.2. Protocolados os envelopes não será permitido a retirada ou substituição dos mesmos.

3.3. O credenciamento dos participantes deverá ser feito mediante:

a) Cópia do documento de identificação do representante carteira de identidade ou carteira de motorista.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

b) Apresentação de procuração ou carta de credenciamento autenticada em cartório do representante legal da empresa modelo facultativo (Anexo II). Se o credenciado for sócio administrador da empresa este item esta dispensado.

c) Cópia autenticada em cartório ou por servidor da Prefeitura de CAIBI, do contrato social ou documento constitutivo do licitante.

Os referidos documentos deverão ser entregues ao Pregoeiro para serem arquivados no processo.

3.4. A microempresa ou empresa de pequeno porte, que tenha intenção de usufruir dos benefícios da Lei Complementar n.º123/2006, deverá apresentar, no momento do credenciamento, Certidão da Junta Comercial ou do Registro Civil de Pessoas Jurídicas em original ou cópia autenticada em cartório ou por servidor da Prefeitura Municipal de Caibi.

3.5. A falta de apresentação dos documentos para o credenciamento não inabilitará o licitante, mas o impedirá de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o impedimento.

3.6. Cada representante poderá representar um único licitante.

3.7. O licitante deverá apresentar na sessão pública fora dos envelopes 01 e 02 a Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação (ANEXO III), mesmo que o licitante não esteja presente na sessão/ ou não tenha representante na sessão. Caso não envie esta declaração juntamente com os envelopes 1 e 2 estará automaticamente inabilitado para o referido certame licitatório.

OBSERVAÇÃO: A documentação do item 3(três) deverá estar fora dos envelopes 01 e 02.

4 - DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº01)

4.1. A proposta deverá ser apresentada por item, datilografada ou por impressão em sistema eletrônico de Processamento de Dados, assinada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em 01 (uma) via, em envelope fechado, de forma a não permitir sua violação, constando na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº. 01

DA: (EMPRESA)

AO: MUNICIPIO DE CAIBI - SC

PROCESSO Nº 056/2014 LICITAÇÃO Pregão Presencial RP Nº 018/2014

ABERTURA: às 08:00 HORAS DO DIA 09/06/2014

ENVELOPE “PROPOSTA”

4.2. A proposta deverá ser feita por item, indicando valores unitários e totais conforme discriminado na Lista de Itens (ANEXO I) deste Edital, ficando facultado ao licitante apresentar proposta somente para os itens que tiver interesse.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

4.3- **Constar** prazo de validade mínima da proposta de 12(doze) meses. Não havendo indicação expressa será considerado como tal

4.4- **A proposta** de preços deverá ser elaborada no sistema eletrônico CETIL e apresentada ao Município em via impressa e em arquivo magnético (Pen Drive ou CD) para importação das informações;

4.5- As propostas que apresentarem erros de calculo será corrigido automaticamente pela equipe de apoio.

4.6. O preço ofertado será líquido, já incluso todos os impostos fretes, embalagens e demais encargos.

4.7. Havendo discordância entre preços unitários e totais, resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros.

5 - DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE N°2) A empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

5.1- HABILITAÇÃO FISCAL

5.1.1. - Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional através da apresentação de Certidão Negativa quanto a Dívida Ativa da União;

5.1.2 - Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos da sede da licitante;

5.1.3 - Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos do domicílio ou sede da licitante

5.1.4 - Prova de regularidade perante o FGTS através de apresentação de Certidão Negativa de Débitos expedida pela Caixa Econômica Federal;

5.1.5 - Prova de regularidade perante a Previdência Social através de certidão Negativa de Débito expedida pelo INSS;

5.1.6- Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; site www.tst.jus.br

5.2- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

5.2.1- Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica.

5.3- DECLARAÇÃO DO MENOR

5.3.1- Declaração, assinada por quem de direito, por parte do licitante, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos conforme art. 7º Inciso XXXIII Constituição Federal.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

5.3. Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, constando na parte frontal, as seguintes indicações:

ENVELOPE N° 02

DA: (EMPRESA)

AO: MUNICIPIO DE CAIBI

PROCESSO N° 056/2014 LICITAÇÃO Pregão Presencial RP N° 018/2014

ABERTURA: às 08:00 HORAS DO DIA 09/06/2014

ENVELOPE “HABILITAÇÃO”

5.4. Toda a Documentação exigida para Habilitação deverá ser apresentada no Original ou em fotocópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial, com exceção os documentos que podem ter sua autenticidade conferida na internet.

5.5. Para os documentos de regularidade fiscal que não apresentarem prazo de validade será considerado 90(noventa) dias.

5.6. O licitante vencedor deverá manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

6 - DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Declarada a abertura da Sessão pela Pregoeira e concluída a fase de credenciamento dos licitantes, estes apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação deste Edital (ANEXO III).

6.1.2. A referida declaração deverá ser apresentada fora dos envelopes nº 01 e 02.

6.1.3. Os licitantes na condição de microempresas e empresas de pequeno porte, enquadradas de acordo com a Lei Complementar 123/2006, que tiverem interesse de gozar dos direitos constantes nos artigos 42 a 46 da referida Lei Complementar, deverão apresentar fora dos envelopes 01 e 02, Certidão da Junta Comercial ou do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, comprovando essa situação.

6.1.4. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte tenha os documentos de regularidade fiscal irregulares, deve na declaração fazer a correspondente ressalva.

6.1.5. Em seguida proceder-se-á ao encaminhamento dos envelopes de propostas e documentação às mãos dos licitantes presentes, a fim de que constatem a inviolabilidade dos mesmos, para posterior abertura.

6.2. O critério de julgamento deste pregão será o de **Menor preço – Global**.

6.2.1. O pregoeiro analisará a aceitabilidade das propostas.

6.2.2. Serão desclassificadas as propostas que:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

- a) Não atenderem as exigências contidas no edital;
- b) Contiverem preços excessivos e/ou manifestamente inexequíveis

6.3. Será classificada a proposta de menor preço e aquelas que apresentarem preços superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço, para a etapa de lances verbais.

6.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate no preço, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

6.5. No curso da sessão pública, o Pregoeiro dará abertura à etapa de lances, e convidará individualmente os participantes classificados, de forma seqüencial e por item, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e assim sucessivamente, até a proclamação do vencedor.

6.6. Na ocorrência de empate dentre os classificados para participarem dos lances verbais, participará da etapa de lances as duas propostas empatadas e a ordem sequencial para esses lances será definida por meio de sorteio.

6.7. A oferta de lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante na ordem decrescente dos preços, sendo vedada sua oferta com vista ao empate, bem como a substituição da marca do produto que consta na proposta.

6.8. O pregoeiro poderá no início da sessão:

- definir parâmetros ou percentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos, podendo alterar os parâmetros durante a sessão;
- estabelecer o tempo para oferecimento dos lances verbais;
- permitir a comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão através de aparelhos de telefone celular e outros.

6.9. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante das etapas futuras de lances verbais e na manutenção do último preço por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.9.1. A Exclusão do licitante dentro do estabelecido no subitem anterior o impedirá de dar novos lances verbais, mas não o excluirá do certame, podendo em caso de inabilitação do licitante vencedor vir a ser consultado pelo pregoeiro para negociação, desde que o segundo menor preço seja o seu e assim sucessivamente.

6.10. Após a entrega dos envelopes (Propostas e Habilitação) pelo licitante, não cabe desistência de proposta com os valores ofertados, salvo por motivo justo



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio. Não poderá haver desistência dos lances ofertados.

6.10.1. Não poderá haver desistência dos lances ofertados.

6.11. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

6.12. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.13. Após a manifestada intenção dos participantes em encerrar a oferta de lances verbais, o Pregoeiro dará direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme obriga a Lei Complementar n.º 123/2006.

6.13.1. O direito de preferência será exercido da seguinte maneira:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar proposta igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, poderá oferecer lance inferior a esta proposta, de forma verbal, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após ter-lhe sido dado o direito de preferência, sob pena de preclusão;

b) Ocorrendo a oferta de lance inferior, o objeto licitado será adjudicado em seu favor;

c) Não ocorrendo a manifestação de lance pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma acima descrita, serão convocadas as remanescentes que estejam próximas da melhor proposta em 5% (cinco por cento), na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.

d) No caso de empate dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que estejam no raio de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

e) Na hipótese de não oferecimento de lances nos termos acima previstos, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

f) O direito de preferência somente se aplicará quando a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

g) A microempresa ou empresa de pequeno porte que não estiver presente à sessão do pregão perderá o direito de preferência, uma vez que o mesmo é exercido de forma oral e na presença dos demais participantes.

6.14. Encerrada então a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com o valor de mercado, decidindo motivadamente, a respeito.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

6.15. Sendo considerada aceitável a proposta do licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

6.16. Na hipótese de a documentação de regularidade fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte participante do certame e declarada vencedora apresentar irregularidades, sua habilitação ficará suspensa até a regularização, nos moldes do item 6.19, não ficando esta habilitada e nem inabilitada, até apreciação dos documentos definitivos.

6.16.1. Mesmo que os documentos de regularidade fiscal apresentem restrição, deverão as microempresas e empresas de pequeno porte, no envelope da documentação de habilitação, apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal deste Edital.

6.17. Se o licitante, que não esteja sob o benefício do Estatuto da Micro e Pequena Empresa, desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro o inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor. Se a oferta deste não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante vencedor, com vistas a obter preço melhor.

6.18. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante.

6.18.1. A intenção de recorrer e os motivos apresentados pelo recorrente deverão ser registrados na ata da Sessão Pública.

6.18.2. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

6.19. Sendo vencedora micro ou pequena empresa, sob os efeitos dos benefícios da Estatuto da Micro e Pequena Empresa, ser-lhe-á dada oportunidade para a regularização dos documentos fiscais que não tenham sido apresentados regularmente no momento da habilitação, no prazo de dois dias úteis, a partir da data da sessão, prorrogáveis por mais 2, manifestada intenção da parte, nos moldes do § 1º, do artigo 43, da Lei Complementar n.º 123/2006.

6.19.1. A sessão será suspensa e ficará registrado em ata dia e horário para apresentação dos documentos e reabertura da sessão, quando se dará continuidade ao procedimento licitatório, com interposição de recurso motivado e imediato, nos termos do item 7 deste Edital, sob pena de decadência do direito.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

6.19.2. O benefício deste item se aplica apenas aos documentos de regularidade fiscal não sendo válido para os demais.

6.19.3. A Não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, bem como em cancelamento da declaração de vencedor.

6.20. Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos.

6.20.1. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

7. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1. Tendo o licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso. Os demais licitantes já intimados na Sessão Pública acima referida terão o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

7.2. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

7.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

7.4. NÃO SERÁ CONHECIDO do recurso, cuja licitante não manifesta, publicamente, em ata, ao final da audiência pública sua intenção de recorrer

7.5. O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.6. O recurso poderá ser interposto em via original, dentro do prazo regulamentar, desde que a licitante apresente o respectivo original do protocolo, respeitado o prazo de 03 (três) dias úteis da data do término do prazo recursal.

7.7. Os recursos que forem apresentados fora do prazo, ou sem algum dos requisitos acima elencados, não serão conhecidos. O recurso somente terá eficácia se o representante legal da recorrente tiver formalizado sua intenção de recorrer na audiência de abertura deste Pregão.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

7.8. O(s) recurso(s) será (ão) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso.

8. DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ENTREGA

8.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor, e homologará o procedimento.

8.2. A entrega do objeto licitado deverá ser efetivada conforme licitado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preço a ser firmada com o licitante vencedor, será formalizada de acordo com o ANEXO IV e entrará em vigor na data de sua assinatura e terá sua validade de 12(doze) meses ou até que se esgote o valor total, sendo o que ocorrer primeiro.

9.2- A Administração Municipal convocará o licitante vencedor, para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação.

9.3. Se o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, serão convocados os demais licitantes a fazê-lo, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital, ocasião em que será realizada nova sessão pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.4. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei 8.666, de 1993.

9.5. Durante o prazo de validade do registro de preços o Município não ficará obrigado a contratar o objeto deste pregão exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de aquisição quando julgar conveniente, desde que obedecida a legislação pertinente às licitações, ficando assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

9.6. O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

9.7. Caso seja constatado que o preço registrado na ata seja superior a média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

9.8. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam nos subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro

10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O cancelamento do registro de preços ocorrerá nas seguintes hipóteses e condições:

10.1.1. Quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

IV - existirem razões de interesse público.

§ 1º O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Administração.

§ 2º O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1. Os fornecedores de bens incluídos na ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.

11.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

11.3. Havendo necessidade de contratação, a Administração convocará o fornecedor, cuja proposta esteja consignada na ata de registro de preços, para celebrar instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no artigo 62 da Lei 8.666/93.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

11.4. Após a convocação, para instruir a contratação o fornecedor deverá renovar a apresentação das certidões de regularidade fiscal contidas deste edital, devidamente atualizadas.

11.5. Se as certidões anteriormente apresentadas para habilitação ou constantes do cadastro estiverem no prazo de validade, o fornecedor ficará dispensado de renová-las.

11.6. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade do registro, não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, será convocado o licitante subsequente na ordem de classificação para fazê-lo nas condições por ele proposta, ocasião em que será realizada nova sessão pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

11.7- O objeto licitado deverá ser efetivado de acordo com a necessidade de cada secretaria durante a vigência da ata de registro de preços e mediante recebimento da Autorização de Fornecimento ou nota empenho.

11.8. O proponente vencedor será responsável pela entrega do objeto.

11.9- O proponente vencedor é responsável pelos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários próprios e de seus funcionários.

12 – DO REGIME DE EXECUÇÃO

12.1 - Os materiais deverão obedecer ao padrão de qualidade da Celesc.

12.2 - Sempre que necessário serão substituídos, à custa do fornecedor, os materiais que acusarem defeitos ou que estejam em desacordo com o estipulado neste edital ou apresentarem quaisquer anormalidades que sirvam para sua finalidade.

12.3 - O objeto desta licitação deverá ser entregue na Prefeitura Municipal de Caibi – SC, sito a Rua dos Imigrantes na cidade de Caibi no horário das 07:30 às 11:30 as 17:30 as 17:30 de segunda a sexta –feira.

12.4 - O prazo para entrega do objeto será no máximo 5(cinco) dias, após a solicitação que será feita conforme a necessidade da secretaria.

12.5 - A empresa contratada deverá dar destinação aos materiais substituídos, descartando-os ou armazenando-os por sua conta e risco, em local devidamente apropriado que não comprometa a saúde e segurança das pessoas e não traga risco de contaminação ao meio ambiente.

13 - DO PAGAMENTO e DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1- O pagamento será feito pela Prefeitura, em moeda nacional, mediante Ordem



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

Bancária, e ocorrerá até o 10º (décimo) dia após a data da apresentação da Fatura/Nota Fiscal, através de crédito em conta bancária da contratada de acordo com a quantidade entregue.

13.2. Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

14 - DA INEXECUÇÃO e RESCISÃO

14. Ocorrendo outras hipóteses que impliquem em rescisão obrigacional, unilateral ou amigável, a Lei 8.666/93 se aplica subsidiariamente ao presente certame, sem prejuízo ao já disposto neste Edital.

15 – PENALIDADES

15.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e das demais cominações previstas no edital e no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Não entregar o objeto licitado;
- b) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- c) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;
- d) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- e) Falhar ou fraudar na entrega do objeto;
- f) Comportar-se de modo inidôneo;
- g) Cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor total do respectivo Item;

c) Multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do respectivo item.

15.2.1. O atraso injustificado na execução do contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a rescisão do contrato.

15.3. As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumpridas, serão cobradas judicialmente.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

15.4. Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das penalidades previstas nos itens 15.1 e 15.2, alíneas “b” e “c”, e, a penalidade de advertência, prevista no item 15.2, alínea “a”, facultada a defesa do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

15.5. As sanções previstas no item 15.2, alíneas “b” e “c”, poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas neste edital.

16- DO REMANEJAMENTO DE QUANTIDADES

16.1- As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas ou redistribuídas pela Unidade Gerenciadora entre as Unidades Participantes daqueles itens ou lotes, independentemente das quantidades previstas inicialmente para cada Unidade Participante, observado como limite Máximo a quantidade total registrada para cada item.

Parágrafo único. Aplicam-se as disposições do caput para as quantidades resultantes de acréscimo em ata.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.2. A apresentação da proposta implica para o licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.3. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro (a), com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

17.4. Faz parte integrante deste Edital:

17.4.1. ANEXO I – Lista de Itens.

17.4.2. ANEXO II – Minuta de Carta de Credenciamento;

17.4.3. ANEXO III – Minuta de Declaração Requisitos de Habilitação.

17.4.4. ANEXO IV – Minuta da Ata de Registro de Preços

17.4.5. ANEXO V- Termo de Referência e valores referenciais máximos.

17.5. Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

17.6. É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

17.7. Até dois dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do PREGÃO;

17.8. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

17.9. A petição pleiteando a impugnação deverá ser endereçada ao Prefeito Municipal, e deverá conter a qualificação do impugnante, a matéria impugnada, os fundamentos da impugnação e o pedido.

17.10. A petição apresentada fora do prazo, e/ou sem um dos requisitos acima especificados, não será conhecida.

17.11. Os recursos/impugnações deverão ser enviados em uma via original que deverá ser encaminhada para a Prefeitura Municipal de Caibi -SC , no endereço: Rua dos Imigrantes nº 499- centro, Caibi -SC CEP 89.888-000, setor de Licitação , esta via deverá estar, preferencialmente, em papel timbrado com o nome da empresa, as razões do recurso e assinatura do representante legal para que possa ser anexada no processo e analisada as razões do recurso interposto e a decisão cabida à este .

17.12 - No caso de não haver expediente para a data fixada a entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e/ou proposta realizar-se-á as 08:45 horas do primeiro dia útil, após a data anteriormente marcada.

17.13. O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a Documentação de Habilitação das licitantes que não restarem vencedoras de qualquer item do objeto desta Licitação, **pelo prazo de 10 (dez) dias após a assinatura da ata de Registro de Preços**, devendo os seus responsáveis retirá-los em até 05 (cinco) dias após esse período, sob pena de inutilização dos mesmos.

17.14. Maiores informações poderão ser obtidas no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de CAIBI, na Rua dos Imigrantes nº 499, de Segunda a Sexta, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas ou pelo telefone nº 49 3648 0211

Caibi – SC, 26 de Maio de 2014

CASSIANE PIGNAT BEILKE
Pregoeira

DILAIR MENIN
Prefeito Municipal

IRACI ANTONINHO FAZOLO
Assessor Jurídico
OAB: 15054



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

ANEXO I- LISTA DE ITENS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de material elétrico para manutenção de iluminação pública no município de Caibi – SC.

Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 018/2014, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Ite m	Und	Qnt	Descrição dos produtos
1	Und	80	Bocal de Porcelana, reforçado, rosca tipo E27 padrão celesc
2	Und	40	Bocal de Porcelana, reforçado, rosca tipo E40 padrão celesc
3	Und	40	Braço para poste de iluminação pública D25X 1000mm, galvanizado a fogo - padrão Celesc
4	Und	50	Braço para poste de iluminação pública D32X 1500mm, com curva galvanizado a fogo - padrão Celesc
5	Und	15	Braço para poste de iluminação pública D52X 3000mm, com curva galvanizado a fogo - padrão Celesc
6	Und	10	Chave de Comando de Grupo p/ 220 v, 1x50A – Padrão celesc
7	Und	10	Chave de Comando de Grupo p/ 220 v, 2x30A – Padrão celesc
8	Und	60	Conector Cunha de baixa tensão tipo A II – Padrão celesc
9	Und	60	Conector Pircing 1,5mm – 6mm – Padrão Celesc
10	Metros	300	Fio selecionado de cobre flexível, isolado em PVC, 70°, 450/750V, 2,5mm– Padrão celesc
11	Metros	200	Fio selecionado de cobre flexível, isolado em PVC, 200°, 450/750V, 2,5mm– Padrão celesc
12	Und	100	Lâmpada vapor sódio em alta pressão 150W, base E-40, fluxo luminoso: 17000 IM ou maior– Padrão celesc
13	Und	50	Lâmpada vapor sódio em alta pressão 250W, base E-40, fluxo luminoso: 31000 IM ou maior – Padrão celesc
14	Und	50	Lâmpada vapor sódio em alta pressão 400W, base E-40, fluxo luminoso: 55000 IM ou maior– Padrão celesc
15	Und	300	Lâmpada vapor sódio em alta pressão 70W, base E-27, fluxo luminoso: 6000 IM ou maior – Padrão celesc



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

16	Und	50	Luminária fechada para iluminação pública com braço, própria para lâmpada de descarga 70W a 250wm com corpo e alojamento de equipamentos auxiliares em alumínio injetado sob alta pressão, refletor em chapa única de alumínio de alta pureza, base para relé fotoelétrico com porta lâmpada com rosca E-27, grau de proteção do alojamento mínimo 44, fixação em ponta de braço com diâmetro até 34cm, abertura para troca de lâmpada sem utilização de ferramentas, parafusos, porcas e arruelas em aço inox ou latão, materiais ferroso da luminária galvanizados a fogo – Padrão celesc
17	Und	20	Luminária fechada para iluminação pública sem braço, própria para lâmpada de descarga 70w a 250wm, fixação em ponta de braço com diâmetro até 40 mm, abertura para troca de lâmpada sem utilização de ferramentas, parafusos, porcas e arruelas em aço inox ou latão, materiais ferroso da luminária galvanizados a fogo - padrão Celesc.
18	Und	60	Reator externo, baixa perda, para lâmpada vapor de sodio 150W, 220V, 60Hz, fator de potência 0,92 min), com ignitor temporário, galvanizado a fogo, conforme norma MBR 13593 e Celesc
19	Und	30	Reator externo, baixa perda, para lâmpada vapor de sodio 250W, 220V, 60Hz, fator de potência 0,92 (min), com ignitor temporário, galvanizado a fogo conforme norma MBR 13593 e Celesc
20	Und	20	Reator externo, baixa perda, para lâmpada vapor de sodio 400W, 220V, 60Hz, fator de potência 0,92 (min), com ignitor temporário, galvanizado a fogo, conforme norma MBR 13593 e Celesc
21	Und	100	Reator externo, baixa perda, para lâmpada vapor de sódio 70W, 220V, 60Hz, fator de potencia 0,92 min), com ignitor temorário, galvanizado a fogo, conforme norma MBR 13593 e Celesc
22	Und	130	Relé fotocélula eletromagnético, corpo e tampa em polietileno com radiações UV, contato de encaixe em latão estranhado, tensão nominal 220 Vca de 50 a 60HZ, 1000/1800VA, térmico com retardo, liga a 3A5 LUX, desliga até 80 LUX - Padrão Celesc
23	Und	120	Suporte rele fotocélula 220 10A a 15A – Padrão celesc
24	Und	60	Parafuso cabeça quadrada 200mm galvanizado a fogo padrão CELESC
25	Und	70	Parafuso cabeça quadrada 250mm galvanizado a fogo padrão CELESC
26	Und	70	Parafuso cabeça abaulada 45mm galvanizado a fogo padrão CELESC
27	Und	40	Parafuso cabeça abaulada 70mm galvanizado a fogo padrão CELESC



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

28	Und	60	Parafuso cabeça quadrada 150mm galvanizado a fogo padrão CELESC
29	Und	300	Arruela quadrada lisa galvanizada a fogo padrão CELESC
30	Und	30	Cinta redonda 180mm galvanizado a fogo padrão CELESC
31	Und	30	Cinta redonda 190mm galvanizado a fogo padrão CELESC
32	Und	30	Cinta redonda 200mm galvanizado a fogo padrão CELESC
33	Und	30	Cinta redonda 220mm galvanizado a fogo padrão CELESC
34	Und	30	Cinta redonda 230mm galvanizado a fogo padrão CELESC
35	Und	20	Cinta redonda 240mm galvanizado a fogo padrão CELESC
36	Und	20	Cinta redonda 250mm galvanizado a fogo padrão CELESC
37	Und	20	Cinta redonda 260mm galvanizado a fogo padrão CELESC
38	Und	60	Fita isolante de 10mts– padrão Celesc
39	Und	30	Fita isolante de 20 mts – padrão Celesc

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem à todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: 12 meses

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12(doze) meses

LOCAL E DATA

**NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE**



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

ANEXO II - MINUTA DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2014
PROCESSO Nº 056/2014**

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de material elétrico para manutenção de iluminação pública no município de Caibi – SC.

ABERTURA DIA 09/06/2014

A _____(nome do licitante)_____, por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, credencia como seu representante o Sr. _____(nome e qualificação)_____, para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao pregão, na sessão pública de julgamento, nos termos do artigo 4º da Lei 10.520/2002.

_____, em ____ de ____ / ____.

Assinatura do Representante legal



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

ANEXO III- MINUTA DE DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

**PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 018/2014
PROCESSO LICITATORIO Nº 056/2014**

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de material elétrico para manutenção de iluminação pública no município de Caibi – SC.

A _____ (nome do licitante) _____, por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____, nos termos do artigo 4º, VII, da Lei 10.520/2002, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do Edital em epígrafe.

_____, em ____ de ____/____

Assinatura do Representante Legal



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

ANEXO IV- MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/_____
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2014
PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 018/2014**

As _____ HORAS do dia _____, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de CAIBI, localizada na Rua dos Imigrantes, nº 499, centro, CAIBI -SC, neste ato representado por seu **Prefeito Municipal Sr. DILAIR MENIN** no uso de suas atribuições e, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, as demais normas aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no **PROCESSO 056/2014 MODALIDADE Pregão Presencial PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2014** por deliberação do Pregoeiro, homologada pela autoridade competente e publicada no Quadro de Avisos da Prefeitura em _____, **RESOLVE:** Registro de preços para eventual aquisição de material elétrico para manutenção de iluminação pública no município de Caibi – SC, de acordo com a classificação por ela alcançada por item, observadas as condições do Edital que integra este instrumento de registro :

Nome	CNPJ	Endereço	Cidade	CEP

A empresa _____, representado neste ato pelo Sr (a), _____, portador(a) do CPF nº _____ e Cédula de Identidade nº _____, cuja proposta foi classificada para os itens do objeto desta Ata e no certame acima numerado, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1- Constitui objeto da presente licitação o Registro de preços para eventual aquisição de material elétrico para manutenção de iluminação pública no município de Caibi – SC, conforme segue:

ITEM	UNID	QUANT ESTIMADA	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$

VALOR TOTAL REGISTRADO NA ATA	
--------------------------------------	--

1.2. As quantidades constantes do subitem 1.1 são estimativas até **12(doze) meses** podendo variar para mais ou para menos, de acordo com a demanda, não se obrigando a PREFEITURA à aquisição total.

2. DO PREÇO



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

2.1. Os preços serão fixos e equivalentes aos de mercado na data da proposta.

2.2. Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte de materiais, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A PRESENTE Ata de Registro de Preços entrará em vigor na data de sua assinatura e terá validade de 12(doze) meses, ou até que se esgote o valor total, sendo o que ocorrer primeiro.

3.2. A existência de preços registrados não obriga a PREFEITURA a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios de contratação, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do Registro preferência em igualdade de condições.

3.3. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei 8.666, de 1993.

4. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

4.1. A administração da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação caberá ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC

5. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A empresa com preços registrados, passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de preços, após a assinatura desta;

5.2. O compromisso de fornecimento será formalizado pela Ata de Registro de Preços e pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

5.2.1. A celebração do compromisso de fornecimento se dará com a assinatura da Ata e pelo recebimento ou retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente pela detentora da Ata.

5.3. Havendo necessidade de acréscimo por parte da Administração pública o mesmo poderá ser de até 25% do valor do contrato.

5.4. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, através da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

5.5. As quantidades solicitadas serão de acordo com as necessidades, respeitando-se o valor estimado.

5.5.1. Havendo necessidade de aumentar as quantidades, será comunicado ao detentor com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias.

5.5.2. Se a detentora da Ata não puder fornecer o produto solicitado, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Setor de Compras e Licitações, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento do Empenho ou da Ordem de Fornecimento.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes de fornecimentos correrão à conta das dotações expressamente consignadas no orçamento:

Fonte	Disp.	Projeto/Atividade	Nome do Projeto/Atividade	Elemento	Descrição do Elemento

7. DOS PAGAMENTOS

7.1. O pagamento será feito pela Prefeitura, em moeda nacional, mediante Ordem Bancária, e ocorrerá até o 10º (décimo) dia após a data da apresentação da Fatura/Nota Fiscal, através de crédito em conta bancária da contratada de acordo com a quantidade entregue.

7.2. A Nota Fiscal / Fatura que for apresentada com erro será devolvida ao detentor, para retificação ou substituição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.1, a partir da data de sua reapresentação.

8. DA FISCALIZAÇÃO E DO PAGAMENTO

8.1. O responsável pela Secretaria Solicitante da Prefeitura procederá à análise da entrega do objeto, para constatar sua qualidade, e se atendem à finalidade que deles, naturalmente, se espera, emitindo termos de recebimento e aprovação (liquidação).

8.2. Entende-se como Fiscal da Ata de Registro de Preços os Servidores /Funcionários devidamente designados para acompanhamento da execução do presente termo.

8.3. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar o andamento da presente Ata, deverão ser comunicadas imediatamente e por escrito, à Secretaria de Administração e Planejamento que procederá a abertura de processo competente.

8.3.1. Antes de comunicar à Secretaria de Administração e Planejamento, o servidor designado poderá, primeiramente, comunicar oficialmente a empresa sobre o problema ocorrido, determinando o prazo para a defesa. Findo esse prazo, com ou



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

sem êxito na resposta, enviará, então, tal comunicação ao DJM (Departamento Jurídico do Município).

8.4. Constatando-se o recebimento pelo Fiscal, a Prefeitura Municipal de Caibi efetuará o pagamento à empresa registrada em Ata de acordo com a quantidade de entregue.

8.5. O pagamento somente se dará após o recebimento do objeto atestado na Nota Fiscal pelo responsável, para os procedimentos que culminam no pagamento à empresa registrada em Ata.

8.6. A empresa registrada em Ata deverá manter-se regular junto aos órgãos elencados no subitem anterior e manter as mesmas condições habilitatórias deste certame, sob pena de retenção do pagamento e/ou rescisão contratual.

8.7. Havendo erro na Nota Fiscal / Fatura ou outra circunstância de responsabilidade da EMPRESA detentora da Ata que desaprove a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que sejam providenciadas as medidas saneadoras necessárias.

8.8. Caso haja desequilíbrio econômico-financeiro, poderá haver revisão na ATA desde que, ocorram fatos inéditos que reflitam diretamente nas condições pactuadas, ou seja, a revisão contratual deverá ser baseada em acontecimento imprevisível e inevitável, ou se previsível, de consequências incalculáveis. A álea ordinária, que implica um encargo previsível ou suportável, por si só, não autoriza a revisão contratual. A revisão contratual deverá ser comprovada pela contratada através de documentos e fundamentação legal formal, podendo a mesma ser deferida após anuência da Prefeitura Municipal de Caibi –SC.

8.9. O valor total estimado desta Ata poderá ser utilizado integralmente ou não, conforme a necessidade da Prefeitura Municipal de Caibi –SC.

9 – DO REGIME DE EXECUÇÃO

9.1- Os materiais deverão obedecer ao padrão de qualidade da Celesc.

9.2- Sempre que necessário serão substituídos, à custa do fornecedor, os materiais que acusarem defeitos ou que estejam em desacordo com o estipulado nesta ata de registro de preços ou apresentarem quaisquer anormalidades que sirvam para sua finalidade.

9.3- O objeto desta ata de Registro de Preços deverá ser entregue na Prefeitura Municipal de Caibi – SC, sito a Rua dos Imigrantes na cidade de Caibi no horário das 07:30 às 11:30 as 17:30 as 17:30 de segunda a sexta –feira.

9.4- O prazo para entrega do objeto será no máximo 5(cinco) dias, após a solicitação que será feita conforme a necessidade da secretaria.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

9.5 - A contratada deves dar destinação aos materiais substituídos, descartando-os ou armazenando-os por sua conta e risco, em local devidamente apropriado que não comprometa a saúde e segurança das pessoas e não traga risco de contaminação ao meio ambiente.

9.6. Se a detentora com preço registrado em primeiro lugar não receber ou não retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data da convocação, a PREFEITURA convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar, para efetuar o fornecimento, ao preço do primeiro classificado, e assim por diante quanto às demais detentoras, sendo aplicadas às faltosas as penalidades.

9.6.1. Será dado como retirada / recebida, a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento enviada via fac-simile ou e-mail.

9.7. O objeto deves ser entregue de acordo com as Ordem de Fornecimento para cada a qual será emitida a Nota Fiscal de acordo com a Nota de Empenho.

9.8. Cada fornecimento somente será considerado concluído mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo (liquidação).

10. DAS PENALIDADES

10.1- As penalidades serão aplicadas de acordo com o item 15 do edital.

11. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1 O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) Não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) Não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

11.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

12. DA PUBLICIDADE



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

12.1 A Ata de Registro de Preços e suas alterações, se houver, serão publicadas no órgão oficial de divulgação do Município.

13. DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da ata, os preços registrados poderão ser revistos, a qualquer tempo.

13.1.1. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços registrados poderá ser efetuada por iniciativa da PREFEITURA ou mediante solicitação da empresa detentora, desde que apresentadas as devidas justificativas.

13.1.2. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado.

13.2. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao PREFEITO MUNICIPAL, mediante requerimento protocolado, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da ocorrência do fato motivador do desequilíbrio, devidamente fundamentado, e acompanhado de:

I – Cópia autenticada da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço.

13.3. Sendo procedente o requerimento da empresa detentora da ata, o equilíbrio econômico-financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

13.3.1. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão de preço.

14- DO REMANEJAMENTO DE QUANTIDADES

14.1- As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas ou redistribuídas pela Unidade Gerenciadora entre as Unidades Participantes daqueles itens ou lotes, independentemente das quantidades previstas inicialmente para cada Unidade Participante, observado como limite Máximo a quantidade total registrada para cada item.

Parágrafo único. Aplicam-se as disposições do caput para as quantidades resultantes de acréscimo em ata

15- DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – DO CONTRATADO:

a) manter as condições de habilitação e as qualificações exigidas para a contratação;

b) Entregar o objeto no local determinado e de acordo com os prazos fixados.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

- c) assumir a responsabilidade pelos pagamentos de todos os tributos e quaisquer ônus de origem federal, estadual ou municipal.
- d) Substituir, sem custos adicionais e no mesmo prazo definido para o objeto rejeitado, recusado pela fiscalização do contrato.

II – DO CONTRATANTE

- a) Efetuar os pagamentos nos prazos e condições pactuados;
- b) A contratante, observando qualquer irregularidade no objeto deverá comunicar imediatamente á contratada, para substituir, sem ônus para o contratante no prazo Maximo de 5(cinco) dias úteis os objetos defeituosos por um objeto novo com as mesmas características.
- c) efetuar o pagamento do objeto;

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - Integram esta Ata, o Edital e os preços registrados no certame licitatório.

16.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal no. 8.666/93 e Lei 10.520 de 17/07/2002 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis.

17. DO FORO

17.1- Fica eleito o foro da comarca de Palmitos SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam traduzir.

17.2- E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

MUNICÍPIO DE CAIBI, SC, ____/____/____

DILAIR MENIN
Prefeito Municipal

CASSIANE PIGNAT BEILKE
Pregoeira

Sócio das empresas

Testemunhas



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

ANEXO V- TERMO DE REFERÊNCIA E VALORES MÁXIMOS QUANTITATIVOS

**Processo licitatório 056/2014
Pregão Presencial RP 018/2014**

DADOS DO SOLICITANTE:

ESTADO DE SANTA CATARINA.
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI -SC
RUA DOS IMIGRANTES Nº 499
FONE: 49 3648 0211

OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS:

Atendimento aos princípios da economicidade e eficiência do objeto em questão, através da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado processo licitatório, cujo fator preponderante é o Menor preço Global.

JUSTIFICATIVA DA LICITAÇÃO:

Justifica-se pela necessidade de realizar a manutenção da iluminação pública para manter a segurança da população que trafega a noite pelas ruas da cidade e para garantir a durabilidade do patrimônio público.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAIBI – SC.

LOCAL, DATA, HORA ABERTURA DA LICITAÇÃO:

Serão recebidos o credenciamento e os envelopes de proposta e habilitação, no dia **09/06/2014** até **08:00**.

HABILITAÇÃO:

Serão exigidos para a habilitação no processo licitatório os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional através da apresentação de Certidão Negativa quanto a Dívida Ativa da União;
- b) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos da sede da licitante;
- c) - Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos do domicílio ou sede da licitante



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

- d) - Prova de regularidade perante o FGTS através de apresentação de Certidão Negativa de Débitos expedida pela Caixa Econômica Federal;
- e) Prova de regularidade perante a Previdência Social através de certidão Negativa de Débito expedida pelo INSS;
- f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; site www.tst.jus.br
- h) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica.
- i) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica.
- j) Declaração, assinada por quem de direito, por parte do licitante, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos conforme art. 7º Inciso XXXIII Constituição Federal.

PROPOSTA

Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atenderem as exigências contidas no edital;
b) Contiverem preços excessivos e/ou manifestamente inexequíveis

JULGAMENTO

O julgamento no processo será o de Menor preço – Global.

VALOR ESTIMADO

A estimativa da aquisição é de aproximadamente de **R\$ 41.983,10 (quarenta e um mil novecentos e oitenta e três reais, e dez centavos).**

A ESTIMATIVA DE VALOR REFERE-SE A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA QUE SEGUE:

Item	Und	Quant	Descrição dos produtos	Vlr Unt	Vlr Total
1	Und	80	Bocal de Porcelana, reforçado, rosca tipo E27 padrão celesc	2,50	200,00
2	Und	40	Bocal de Porcelana, reforçado, rosca tipo E40 padrão celesc	6,00	240,00
3	Und	40	Braço para poste de iluminação pública D25X 1000mm, galvanizado	15,50	620,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

			a fogo - padrão Celesc		
4	Und	50	Braço para poste de iluminação pública D32X 1500mm, com curva galvanizado a fogo - padrão Celesc	65,00	3.250,00
5	Und	15	Braço para poste de iluminação pública D52X 3000mm, com curva galvanizado a fogo - padrão Celesc	68,64	1029,60
6	Und	10	Chave de Comando de Grupo p/ 220 v, 1x50A – Padrão celesc	139,60	1.396,00
7	Und	10	Chave de Comando de Grupo p/ 220 v, 2x30A – Padrão celesc	142,80	1.428,00
8	Und	60	Conector Cunha de baixa tensão tipo A II – Padrão celesc	2,10	126,00
9	Und	60	Conector Pircing 1,5mm – 6mm – Padrão Celesc	3,20	192,00
10	Metro s	300	Fio selecionado de cobre flexível, isolado em PVC, 70°, 450/750V, 2,5mm– Padrão celesc	0,69	207,00
11	Metro s	200	Fio selecionado de cobre flexível, isolado em PVC, 200°, 450/750V, 2,5mm– Padrão celesc	2,16	432,00
12	Und	100	Lâmpada vapor sódio em alta pressão 150W, base E-40, fluxo luminoso: 17000 IM ou maior– Padrão celesc	17,80	1.780,00
13	Und	50	Lâmpada vapor sódio em alta pressão 250W, base E-40, fluxo luminoso: 31000 IM ou maior – Padrão celesc	20,30	1.015,00
14	Und	50	Lâmpada vapor sódio em alta pressão 400W, base E-40, fluxo luminoso: 55000 IM ou maior– Padrão celesc	23,20	1.160,00
15	Und	300	Lâmpada vapor sódio em alta pressão 70W, base E-27, fluxo luminoso: 6000 IM ou maior – Padrão celesc	9,60	2.880,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

16	Und	50	Luminária fechada para iluminação pública com braço, própria para lâmpada de descarga 70W a 250wm com corpo e alojamento de equipamentos auxiliares em alumínio injetado sob alta pressão, refletor em chapa única de alumínio de alta pureza, base para relé fotoelétrico com porta lâmpada com rosca E-27, grau de proteção do alojamento mínimo 44, fixação em ponta de braço com diâmetro até 34cm, abertura para troca de lâmpada sem utilização de ferramentas, parafusos, porcas e arruelas em aço inox ou latão, materiais ferrosos da luminária galvanizados a fogo– Padrão celesc	59,80	2.990,00
17	Und	20	Luminária fechada para iluminação pública sem braço, própria para lâmpada de descarga 70w a 250wm, fixação em ponta de braço com diâmetro até 40 mm, abertura para troca de lâmpada sem utilização de ferramentas, parafusos, porcas e arruelas em aço inox ou latão, materiais ferrosos da luminária galvanizados a fogo - padrão Celesc.	66,75	1.335,00
18	Und	60	Reator externo, baixa perda, para lâmpada vapor de sódio 150W, 220V, 60Hz, fator de potência 0,92 (min), com ignitor temporário, galvanizado a fogo, conforme norma MBR 13593 e Celesc	69,30	4.158,00
19	Und	30	Reator externo, baixa perda, para lâmpada vapor de sódio 250W, 220V, 60Hz, fator de potência 0,92 (min), com ignitor temporário, galvanizado a fogo conforme norma MBR 13593 e Celesc	90,05	2.701,50
20	Und	20	Reator externo, baixa perda, para lâmpada vapor de sódio 400W, 220V, 60Hz, fator de potência 0,92 (min), com ignitor temporário, galvanizado a fogo, conforme norma MBR 13593 e Celesc	126,70	2.534,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

21	Und	100	Reator externo, baixa perda, para lâmpada vapor de sódio 70W, 220V, 60Hz, fator de potencia 0,92 min), com ignitor temorario, galvanizado a fogo, conforme norma MBR 13593 e Celesc	58,27	5.827,00
22	Und	130	Relé fotocélula eletromagnético, corpo e tampa em polietileno com radiações UV, contato de encaixe em latão estranhado, tensão nominal 220 Vca de 50 a 60HZ, 1000/1800VA, térmico com retardo, liga a 3A5 LUX, desliga até 80 LUX - Padrão Celesc	10,05	1.306,50
23	Und	120	Suporte rele fotocélula 220 10A a 15A – Padrão celesc	6,32	758,40
24	Und	60	Parafuso cabeça quadrada 200mm galvanizado a fogo padrão CELESC	3,34	200,40
25	Und	70	Parafuso cabeça quadrada 250mm galvanizado a fogo padrão CELESC	3,99	279,30
26	Und	70	Parafuso cabeça abaulada 45mm galvanizado a fogo padrão CELESC	1,48	103,60
27	Und	40	Parafuso cabeça abaulada 70mm galvanizado a fogo padrão CELESC	1,66	66,40
28	Und	60	Parafuso cabeça quadrada 150mm galvanizado a fogo padrão CELESC	2,96	177,60
29	Und	300	Arruela quadrada lisa galvanizada a fogo padrão CELESC	0,32	96,00
30	Und	30	Cinta redonda 180mm galvanizado a fogo padrão CELESC	13,62	408,60
31	Und	30	Cinta redonda 190mm galvanizado a fogo padrão CELESC	13,73	411,90
32	Und	30	Cinta redonda 200mm galvanizado a fogo padrão CELESC	14,25	427,50
33	Und	30	Cinta redonda 220mm galvanizado a fogo padrão CELESC	14,98	449,40
34	Und	30	Cinta redonda 230mm galvanizado a fogo padrão CELESC	15,50	465,00
35	Und	20	Cinta redonda 240mm galvanizado a fogo padrão CELESC	15,60	312,00
36	Und	20	Cinta redonda 250mm galvanizado a fogo padrão CELESC	15,91	318,20
37	Und	20	Cinta redonda 260mm galvanizado a fogo padrão CELESC	16,43	328,60
38	Und	30	Fita isolante de 10 mts – padrão Celesc	2,37	142,20
39	Und	30	Fita isolante de 20 mts – padrão	3,84	230,40



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

			Celesc		
Total					41.983,10

DO REGIME DE EXECUÇÃO

Os materiais deverão obedecer ao padrão de qualidade da Celesc.

Sempre que necessário serão substituídos, à custa do fornecedor, os materiais que acusarem defeitos ou que estejam em desacordo com o estipulado no edital ou apresentarem quaisquer anormalidades que sirvam para sua finalidade.

O objeto desta licitação deverá ser entregue na Prefeitura Municipal de Caibi – SC, sito a Rua dos Imigrantes na cidade de Caibi no horário das 07:30 às 11:30 as 17:30 as 17:30 de segunda a sexta –feira.

O prazo para entrega do objeto será no máximo 5(cinco) dias, após a solicitação que será feita conforme a necessidade da secretaria.

A empresa contratada devesse dar destinação aos materiais substituídos, descartando-os ou armazenando-os por sua conta e risco, em local devidamente apropriado que não comprometa a saúde e segurança das pessoas e não traga risco de contaminação ao meio ambiente.

RECEBIMENTO

O objeto só serão recebidos, e considerados devidamente entregues, se aceitos pela unidade receptora, e se estiverem de acordo com o solicitado.

PAGAMENTO

O pagamento será feito pela Prefeitura, em moeda nacional, mediante Ordem Bancária, e ocorrerá até o 10º (décimo) dia após a data da apresentação da Fatura/Nota Fiscal, através de crédito em conta bancária da contratada de acordo com a quantidade entregue.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações àquelas constantes da minuta da ata de registro de preços anexado ao presente edital.

CONTRATAÇÃO

No prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da convocação para assinatura da ata de registro de preços, o licitante deverá contratar com o Município de CAIBI –SC.

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

Ao contratante é reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os materiais, diretamente ou por prepostos designados.

Caibi –SC, 26 de maio de 2014.

DILAIR MENIN
Prefeito Municipal

CASSIANE P. BEILKE
Pregoeira



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

**ATA JULGAMENTO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2014
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 018/2014**

Às ___/___ horas do dia ___ de ___ do ano de _____, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, reuniram-se a Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto nº 003/2014 de 02 de janeiro de 2014, para abertura da Licitação na modalidade Pregão Tipo Menor Preço Global nº 018/2014 e processo 056/2014 referente ao Registro de preços para eventual aquisição de material elétrico para manutenção de iluminação pública no município de Caibi – SC.

Participaram do presente Pregão as seguintes empresas:

EMPRESAS

Compareceram para acompanhar a Sessão os representantes

CREDENCIADOS	EMPRESAS

As empresas não comprovaram condições de Micro Empresa ou Empresa de pequeno porte. Ato contínuo a Pregoeira efetuou a verificação do atendimento a Lei 10.520/2002, e verificou que as Empresas licitantes atenderam à disposição da Lei. Abertos os envelopes da proposta de preços conferidos e rubricados os documentos nele existentes, e registrados no sistema de COMPRAS. Aberto os lances conforme determina a Lei nº 10.520/2002. Encerrados os lances ficou classificado conforme segue: a Empresa _____ se sagrou vencedora nos itens _____ totalizando o valor total de R\$ _____ a empresa _____ sagrou vencedora nos itens _____ Totalizando o valor de R\$ _____. Após a classificação passou-se à abertura do envelope documentação das empresas vencedoras. Os envelopes foram abertos os documentos neles contidos rubricados pelas empresas participantes pelo pregoeiro e Equipe de apoio. Os documentos que foram emitidos via Internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites. Aberto espaço pelo pregoeiro pela manifestação de interpor recursos pelas empresas licitantes presentes ao certame licitatório, nenhuma se manifestou.

Eu _____, Pregoeira da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, lavrei a presente Ata que será assinada pela Pregoeira, equipe de apoio e por todos licitantes presentes. Nada mais havendo digno de registro deu-se por encerrada esta sessão pública.

Pregoeira

Equipe de Apoio

Empresas presentes